ISSN: 2358-8829

A EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO FORMATIVO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VIVÊNCIAS PRÁTICAS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO E SUBSEQUENTE EM AGRONEGÓCIO

Alexandre Corrêa de Castro Junior[1]

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia em processos formativos que não se limitam à transmissão de procedimentos técnicos. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT (BRASIL, 2021) reforçam a importância de uma formação vinculada às realidades produtivas e sociais. Nesse horizonte, a extensão constitui uma possibilidade de diálogo entre instituição educativa e comunidade, na qual problemas concretos do território podem orientar experiências de aprendizagem e produção compartilhada de conhecimentos.

No Vale do São Francisco pernambucano, a agricultura familiar apresenta demandas relacionadas ao manejo dos recursos naturais, à organização produtiva e ao acesso a conhecimentos técnicos. A aproximação entre estudantes de Agronegócio e agricultores permite discutir essas questões de modo situado, reconhecendo os saberes dos produtores e a diversidade de condições de produção. O projeto de intervenção “Capacitação para agricultores familiares do Vale do São Francisco-PE: fomentando a extensão nos cursos técnicos integrados”, elaborado em 2023, fornece a base documental desta reflexão (CASTRO JUNIOR, 2023).

O objetivo deste estudo é analisar as potencialidades da extensão como princípio formativo nos cursos técnicos integrado e subsequente em Agronegócio, considerando a articulação entre teoria e prática, o protagonismo discente e a responsabilidade social. A discussão combina o projeto de intervenção com o registro de vivências práticas apresentado em banner acadêmico de 2026, distinguindo ações documentadas de efeitos ainda não mensurados.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, mediante análise documental de duas fontes: o projeto de intervenção elaborado no âmbito da pós-graduação em Docência em EPT do IFSertãoPE, em 2023, e o banner “A extensão como princípio formativo

[1] Professor Escola Técnica Estadual Professora MariaAmélia de Freitas Araújo , correa.cj@gmail.com

ISSN: 2358-8829

na Educação Profissional e Tecnológica", de 2026. Foram examinados objetivos, percurso metodológico, atividades ilustradas e resultados esperados, organizando-se a discussão em três eixos: vínculo escola–território; aprendizagem prática; e contribuições sociais e ambientais.

No projeto original, o percurso proposto compreende levantamento das demandas produtivas por questionário semiestruturado, seleção de agricultores considerando características das unidades familiares, sistematização das respostas e planejamento participativo de capacitações com instituições parceiras. A proposta contempla agricultura de sequeiro, fruticultura irrigada e criação de caprinos e ovinos, com atenção ao acesso à água, à experiência dos produtores e às condições socioeconômicas (CASTRO JUNIOR, 2023). Esses procedimentos são descritos como planejamento, e não como coleta de dados já concluída.

O banner de 2026 registra visualmente preparação do solo, organização de canteiros, plantio e trabalho em equipe, com indicação de fonte "Acervo dos autores (2026)". Não foram disponibilizados números de participantes efetivos, respostas a questionários, avaliações de aprendizagem ou medidas de produtividade. Assim, não se atribuem à experiência impactos quantitativos não comprovados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Resolução CNE/CP nº 1/2021 situa a EPT na relação entre conhecimentos, processos produtivos e demandas do mundo do trabalho (BRASIL, 2021). Essa orientação permite compreender as práticas de campo não como complemento eventual, mas como oportunidade de integrar diferentes dimensões da formação técnica, incluindo análise crítica de problemas, tomada de decisão e trabalho coletivo.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018, referente à extensão na educação superior, oferece um referencial para pensar a interação dialógica e a transformação social (BRASIL, 2018). É necessário, contudo, distinguir seu campo normativo: ela não institui, por si só, obrigatoriedade de curricularização da extensão nos cursos técnicos de nível médio. Neste trabalho, o conceito é mobilizado como inspiração pedagógica, sem confundir as regras da educação superior com as da EPT técnica.

Na perspectiva da agricultura familiar, a troca de saberes entre estudantes e produtores pode favorecer ações formativas adequadas às condições do território. Oliveira et al. (2023) discutem gestão e empreendedorismo rural em unidades produtoras do Território Sertão do São Francisco, contribuindo para situar a importância de processos participativos e do reconhecimento das experiências locais.

[1] Professor Escola Técnica Estadual Professora MariaAmélia de Freitas Araújo , correa.cj@gmail.com

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental evidencia, primeiramente, uma concepção de extensão que parte das necessidades da comunidade. O projeto prevê escuta dos agricultores e elaboração de estratégias de capacitação relacionadas aos problemas identificados. Essa estrutura pode reduzir a distância entre conteúdos curriculares e situações vividas nas propriedades familiares, desde que a participação comunitária seja efetiva e não se restrinja à recepção de orientações técnicas.

Em segundo lugar, as imagens e descrições do banner registram vivências de preparação do solo, organização de canteiros, plantio e atuação colaborativa. Tais atividades ilustram oportunidades para relacionar conhecimentos de manejo, planejamento, organização do trabalho e sustentabilidade com situações concretas. O registro visual, entretanto, não permite concluir, isoladamente, que houve melhoria mensurável de desempenho acadêmico ou transformação das práticas dos agricultores.

Um terceiro eixo refere-se ao potencial formativo e social da proposta. A atuação conjunta de docentes, estudantes e comunidade pode desenvolver comunicação, resolução de problemas, autonomia e responsabilidade socioambiental. No âmbito da agricultura familiar, as capacitações planejadas buscam apoiar manejo sustentável de solo e água, diversificação produtiva e acesso a tecnologias adequadas. São contribuições plausíveis, mas dependentes de acompanhamento e avaliação sistemática para que sejam demonstradas empiricamente.

A comparação entre as modalidades integrada e subsequente demanda atenção às trajetórias dos estudantes: enquanto a primeira articula formação geral e técnica, a segunda atende pessoas que já concluíram o ensino médio e podem trazer experiências profissionais anteriores. As duas modalidades podem beneficiar-se de práticas extensionistas, embora o material analisado não apresente dados comparativos entre suas turmas. Essa lacuna indica uma agenda de investigação futura.

Para avaliar a continuidade do projeto, recomenda-se documentar número e perfil de participantes, temas trabalhados, produtos formativos, percepção dos agricultores, autoavaliação dos estudantes e eventual adoção de práticas produtivas. Indicadores qualitativos e quantitativos, acompanhados ao longo do tempo, permitiriam analisar resultados para além da expectativa de impacto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão, compreendida como prática dialógica e contextualizada, apresenta potencial para fortalecer a formação nos cursos técnicos integrado e subsequente em Agronegócio. A

[1] Professor Escola Técnica Estadual Professora MariaAmélia de Freitas Araújo , correa.cj@gmail.com

análise do projeto de intervenção e das vivências documentadas aponta possibilidades de aproximação entre escola e território, mobilização de conhecimentos técnicos em situações reais e valorização da agricultura familiar.

Os documentos sustentam a existência de uma proposta metodológica estruturada e o registro de atividades práticas, mas não permitem afirmar resultados de aprendizagem, produtividade ou renda já mensurados. A principal contribuição do estudo consiste, portanto, em explicitar caminhos pedagógicos e critérios de acompanhamento para consolidar experiências extensionistas na EPT, com atenção à sustentabilidade, à participação dos agricultores e à formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Extensão; Formação integral; Agronegócio; Agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: CNE/MEC, 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: CNE/MEC, 2021.

CASTRO JUNIOR, Alexandre Corrêa de. **Capacitação para agricultores familiares do Vale do São Francisco-PE: fomentando a extensão nos cursos técnicos integrados.** Projeto de intervenção (Pós-graduação em Docência em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Salgueiro, 2023.

OLIVEIRA, F. S. de; SILVA, E. M. S. da; SILVA, A. F.; VIEIRA, M. C. A. **Gestão e empreendedorismo rural na agricultura familiar: narrativas de agricultores em unidades produtoras no Território Sertão do São Francisco – BA**. Extramuros: Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 11, n. 1, p. 157-167, 2023.

[1] Professor Escola Técnica Estadual Professora MariaAmélia de Freitas Araújo , correa.cj@gmail.com